



Exmo. Senhor

Presidente da Assembleia Municipal de Sintra

Dr. Sérgio Sousa Pinto

Sua referência

Sua Comunicação

Nossa referência

Data

GAOM

26.01.2017

ASSUNTO: Proposta n.º 21-P/2018

«Reconhecer e declarar como relevante Interesse Público Municipal a Regularização das instalações de MARMOCAZI – Indústria de Mármore, LDA., afetas à transformação de granitos e outras rochas ornamentais».

Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014 de 5 de novembro, solicito a V. Ex.^a que submeta a apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta acima identificada, aprovada na reunião da Câmara realizada em 26 de janeiro de 2018.

Com os melhores cumprimentos,

O PRESIDENTE DA CÂMARA


Basílio Horta



INTERMUNICÍPIO MUNICÍPIO DE SINTRA

Câmara Municipal de Sintra

Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais - Secção de Apoio aos Órgãos Municipais
Largo Dr. Virgílio Horta, 2714-501 Sintra / Telefones: +351 219238642/8606 Fax: +351 219238647 / gaom@cm-sintra.pt

CÂMARA MUNICIPAL DE SINTRA

DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL

(texto aprovado em minuta)

5

Nos termos do Art.º 57.º, n.º3 e 4 do RJAL aprovado pela Lei n.º75/2013 de 12 de setembro; artigo 34.º, n.ºs 4 e 6 do Código do Procedimento Administrativo aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015 de 7 de janeiro, e da deliberação da Câmara, tomada na Reunião Extraordinária e Pública de 30 de outubro de 2017 que aprovou por unanimidade a Proposta n.º 824-P/2017, a Câmara aprovou em minuta o texto da deliberação tomada na **Reunião Ordinária de 26-01-2018**.

Proposta nº 21-P/2018, subscrita pelo Sr. Presidente, que se anexa:

VOTAÇÃO: *Aprovada por unanimidade*

Sala das Reuniões da Câmara Municipal de Sintra, em 26 de janeiro de 2018.

O Presidente



Basílio Horta

A Coordenadora

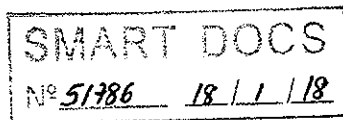


Helena Saraiva



Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais

Largo Dr. Virgílio Horta, 2714-501 Sintra /Telefones: +351 219238642/8606 gaom@cm-sintra.pt



PROPOSTA N.º 21 - P / 2017

Considerando que o Decreto- Lei nº 165/2014, de 5 de novembro, estabeleceu com carácter extraordinário, o Regime de Regularização e de Alteração e ou Ampliação de Estabelecimentos e Explorações de Atividades Industriais, Pecuárias, de Operações de Gestão de Resíduos e de Explorações de Pedreiras, existentes à data da sua entrada em vigor que não disponham de título válido de instalação ou de título de exploração ou de exercício de atividade, incluindo as situações de desconformidade com os instrumentos de gestão territorial e ou condicionantes ao uso do solo;

Considerando que a impossibilidade de regularização ou o licenciamento das alterações pretendidas pode inviabilizar a concretização de projetos de investimento e de criação/manutenção de emprego no concelho;

Considerando ainda que os pedidos de regularização das atividades económicas são apresentados às entidades coordenadoras ou licenciadoras e que quando esteja em causa desconformidade da localização com os instrumentos de gestão territorial, servidão administrativa ou restrição de utilidade pública, devem ser instruídos com deliberação fundamentada de Reconhecimento de Interesse Público Municipal na regularização do estabelecimento ou instalação emitida pela Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara;

Considerando que a requerente, **MARMOCAZI - INDÚSTRIA DE MÁRMORES, LDA.**, solicitou a esta Câmara o pedido de Reconhecimento de Interesse Público Municipal na regularização das suas instalações afetas à transformação de granitos e outras rochas ornamentais, sitas na Rua do Poço Novo, em Almargem do Bispo, no prédio misto descrito na 2.ª Conservatória do

Reunião de

26 JAN. 2018

Doc.º Agendado com o
Nº 5



PATRIMOINE MONDIAL
WORLD HERITAGE
PATRIMONIO MUNDIAL

Registo Predial de Sintra, sob o número 6096 e inscrito na matriz cadastral sob os artigos 113 e 114, da Secção C e na matriz predial sob o artigo 1472 de Almargem do Bispo, União das Freguesias de Almargem do Bispo, Pêro Pinheiro e Montelavar, tendo instruído o respetivo processo de acordo com o quadro normativo acima referido;

Considerando ainda que realizada a Conferência de Serviços, ao abrigo do Despacho nº 9 – P/2015, de 21 de janeiro, os serviços municipais representados, GAEM e GPDM se pronunciaram no sentido de ser emitido parecer favorável à pretensão do requerente;

Ponderados os interesses económicos, sociais e ambientais em presença, é de todo o interesse do Município manter a empresa no concelho, sendo inviável economicamente a sua deslocalização para outro local.

Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere:

Submeter à apreciação da Assembleia Municipal o reconhecimento do Interesse Público Municipal na Regularização das instalações da requerente MARMOCAZI - INDÚSTRIA DE MÁRMORES, LDA., nos termos do disposto na alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei nº 165/2014, de 5 de novembro.

Paços do Concelho de Sintra, 1^a de 1 de 2018

O Presidente da Câmara Municipal de Sintra



Basílio Horta

Reunião de

26 JAN, 2018

Docº Agendado com o
Nº 5




PATRIMOINE MONDIAL
WORLD HERITAGE
PATRIMONIO MUNDIAL



Assunto: CT/640/2017/IM - Reconhecimento de Interesse Público Municipal na Regularização de Estabelecimento ou Indústria, no âmbito da alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei nº 165/2014, de 5 de novembro - MARMOCAZI - Indústria de Mármore, Lda.

Parecer:

Concordo.
A consideração do Exm.º
Senhor Presidente.

12.01.2018

Despacho:


15/11/18
JL

De: Helga Boal Ventura - DGT

Para: Exma. Senhora Diretora do Departamento de Gestão do Território, Arqta. Lina Catarino.

Em 02.05.2017, veio a **MARMOCAZI - Indústria de Mármore, Lda.**, instruir, junto dos serviços municipais, um pedido de reconhecimento de interesse público municipal na regularização das instalações industriais afetas à atividade de transformação de granitos e outras rochas ornamentais, autuado sob o processo CT/640/2017, sitas na Rua do Poço Novo, em Almargem do Bispo, União das Freguesias de Almargem do Bispo, Pêro Pinheiro e Montelavar.

Do Enquadramento Legal da Pretensão

O Decreto - Lei nº 165/2014, de 5 de novembro, atenta a impossibilidade de regularização ou licenciamento das alterações pretendidas e a consequente impossibilidade de melhoria do seu desempenho ambiental, bem como da limitação de projetos de investimento e criação de emprego, aprovou o **Regime de Regularização e de Alteração e ou Ampliação de Estabelecimentos** e Explorações de Atividades Industriais, Pecuárias, de Operações de Gestão de Resíduos e de Explorações de Pedreiras, incompatíveis com instrumentos de gestão territorial e ou condicionantes ao uso do solo.

26 JAN, 2018

Docº Agendado com o
Nº 5

Informação – Proposta n.º SM/51786/2017

Regime Jurídico que visa criar um mecanismo que permita avaliar a regularização de um conjunto significativo de unidades produtivas que não dispõem de título de exploração ou de exercício válido face às condições atuais da actividade, designadamente por motivo de desconformidade com os planos de ordenamento do território vigentes ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública.

E que é, também, aplicável aos estabelecimentos e explorações **sem título válido de instalação** ou exploração ou exercício de atividade, incluindo os desconformes com os Instrumentos de Gestão Territorial vinculativos dos particulares, ou servidões administrativas e restrições de utilidade pública, ou, ainda, estabelecimentos e explorações com título válido **cuas alterações ou ampliações** não sejam compatíveis com os supra mencionados IGT(s) ou servidões administrativas e restrições de utilidade pública.

São requisitos de aplicação do presente regime, o exercício da atividade por um período mínimo de dois anos ou estando a atividade suspensa, ter a suspensão ocorrido há menos de um ano, com exceção das situações em que a suspensão foi autorizada pela entidade licenciadora, por um período máximo de três anos.

O pedido de regularização das atividades económicas objeto do presente diploma deve ser instruído com Deliberação fundamentada de reconhecimento de interesse público municipal, emitida pela Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos do preceituado na alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, quando esteja em causa desconformidade da localização com os instrumentos de gestão territorial, servidão administrativa ou restrição de utilidade pública.

O pedido para obtenção da deliberação de reconhecimento de interesse público municipal, deve ser instruído pelo interessado, que deve juntar os elementos referidos nas alíneas b) a g) do n.º 4 e nas alíneas a) a c), g) a i) e n) do n.º 5 do artigo 5.º do diploma *sub judice*, sem prejuízo de outros elementos que o requerente considere relevantes para a fundamentação do pedido.

Do Pedido

O requerente deu entrada do pedido para Declaração de Interesse Público Municipal, com vista à regularização e licenciamento das instalações industriais destinadas à transformação de granitos e outras rochas ornamentais, sitas na Rua do Poço Novo, em Almargem do Bispo, no prédio misto, descrito na 2.ª Conservatória do Registo Predial de

Sintra, sob o número 6096 e inscrito na matriz cadastral sob os artigos 113 e 114 da Secção C e na matriz predial sob o artigo 1472, da freguesia de Almargem do Bispo, União das Freguesias de Almargem do Bispo, Pêro Pinheiro e Montelavar.

Para o mesmo local, foi anteriormente, emitida uma certidão de reconhecimento de interesse municipal, através da proposta 665-P/201. No entanto, tendo-se detetado, em sede de análise do processo de regularização, diferenças significativas entre as plantas de implantação constantes do processo e da certidão, nomeadamente no que às áreas concerne. Face às diferenças verificadas, entendeu-se ser de instruir novo pedido de certidão de reconhecimento de interesse municipal, que após aprovação pela Assembleia Municipal substituirá a certidão, acima melhor identificada.

A atividade principal desenvolvida integra as indústrias transformadoras - Tipo III e está classificada no Grupo 237, Classe 2370, Subclasse 23701 do CAE-Rev.3.

As instalações industriais estão localizadas num terreno com a área de 16.500,00m, localizado em Classe de Espaço Urbano, na Carta de Ordenamento do Plano Diretor Municipal de Sintra. O terreno está, ainda, em área abrangida pela servidão aeronáutica militar da Base Aérea n.º 1.

Nos termos das disposições do artigo 25.º do Regulamento do PDM, o estabelecimento industrial não cumpre, designadamente, a altura máxima permitida. Também não cumpre o dimensionamento do estacionamento definido nos termos do artigo 43.º do RMUES, em vigor.

Realizada a conferência de serviços, ao abrigo do Despacho nº 9-P/2015, de 21 de janeiro, em 12.06.2017, os serviços pronunciaram-se no sentido de ser emitido “(...) parecer favorável, de acordo com as informações técnicas em anexo.”

O requerente instruiu o seu pedido com os elementos previstos no nº 4 DO ARTIGO 5.º do Decreto-Lei N.º 165/2014 no Manual de Procedimentos para a Regularização elaborado pela DM-APG e, ainda, os previstos no nº 5 do citado artigo, **para ponderação dos interesses económicos, sociais e ambientais em presença.**

O estabelecimento de que se pretende legalizar, parte das instalações, está em atividade desde 1981, de acordo com o Registo Comercial da empresa.

Reunião de

26 JAN, 2018

Doctº Agendado com o
Nº 5

Possui, atualmente, 24 postos de trabalho, prevendo-se a criação de mais 5 postos de trabalho.

A faturação da empresa em 2012 foi de € 2.642.037,77 e em 2013 foi de € 2.549.019,01.

Em relação à desativação ou deslocalização da empresa é referido que a primeira é economicamente inviável e que face à elevada dimensão da maquinaria usada, a segunda, teria custos demasiado elevados e levaria à perda de máquinas.

No que concerne ao impacto ambiental a empresa descreve, na memória descritiva, que possui um sistema de tratamento e reutilização de águas industriais (não existindo descargas), silos e prensa de secagem, devidamente identificados na planta de implantação. Os desperdícios são armazenados, temporariamente, em terrenos da área industrial até encaminhamento para vazadouro.

São utilizadas, no processo de transformação das rochas, máquinas de baixo ruído.

Como medida minimizadora da emissão de poeiras inerentes à atividade, a empresa instalou um sistema de aspiração de poeiras no interior das instalações e propõe-se, no exterior, criar uma cortina arbórea nos limites do terreno de modo a filtrar e a minimizar a propagação de poeiras.

A declaração de interesse municipal será condicionada:

- À observância das normas legais e regulamentares aplicáveis, nomeadamente, à reformulação do edificado existente que deverá ser delineado, executado e mantido de forma que contribua para a dignificação e valorização estética do conjunto onde se integra. Não poderão manter-se quaisquer construções suscetíveis de comprometer, pela localização, aparência ou proporções a beleza da paisagem;
- À criação de uma barreira arbórea, a requalificação do edificado existente e a existência de infraestruturas;
- Ao cumprimento da demais legislação, normas e regulamentos técnicos e urbanísticos aplicáveis, a verificar aquando da apresentação do respetivo procedimento de controlo prévio, nos termos do RJUE - Regime Jurídico da

Reunião Urbanização e Edificação.

26 JAN, 2018

Conclusão / Proposta

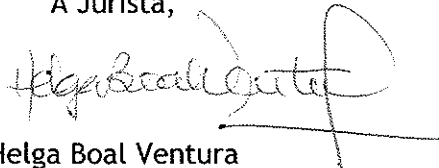
Encontrando-se o processo corretamente instruído, de acordo com o Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, tendo obtido parecer favorável do Gabinete de Apoio Empresarial, do Gabinete do Plano Diretor Municipal e de acordo com a informação técnica da Divisão de Gestão e Licenciamento, de 04.12.2017, plasmada no SM/3609/2017, propõe-se a remessa do presente processo à consideração do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal para que, em caso de concordância:

Seja o presente processo remetido a reunião de câmara para deliberar submeter à aprovação da Assembleia Municipal, o reconhecimento do interesse público municipal na legalização das instalações da requerente **MARMOCAZI - INDÚSTRIA DE MÁRMORES, LDA.**, tendo por base os fundamentos de facto e de direito constantes do processo, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.

À consideração Superior,

Sintra, 19 de dezembro de 2017

A Jurista,



Helga Boal Ventura

Reunião de

26 JAN. 2018

Doc.º Agendado com o
N.º 5

Documentação referente à **Proposta nº 21-P/2018**

Reconhecimento do interesse público municipal na regularização das instalações –
MARMOCAZI – Indústria de Mármore, Lda.

<https://cloud.cm-sintra.pt/index.php/s/hpjDCgELuAGSVb3>